



Pacto de gestão

- O CFF ENTENDE QUE TODOS OS ESFORÇOS DEVEM SER FEITOS PARA LEVAR OS SERVIÇOS FARMACÊUTICOS ÀS POPULAÇÕES DOS MUNICÍPIOS, PORQUE ELES RESULTAM EM BENEFÍCIOS PARA OS CIDADÃOS E REPRESENTAM A QUALIFICAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS.
- OS GESTORES ESTÃO PERCEBENDO OS BENEFÍCIOS DOS SERVIÇOS FARMACÊUTICOS E PASSARAM A INCLUÍ-LOS NA SAÚDE PÚBLICA DOS SEUS MUNICÍPIOS, OBTENDO RESULTADOS INACREDITÁVEIS. CINQUENTA E DOIS POR CENTO DOS MUNICÍPIOS JÁ ADERIRAM AO PACTO DE GESTÃO.
- A PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO PACTO É OBRIGATÓRIA. A PACTUAÇÃO É PARTE DE UM ESFORÇO QUE VISA AO FORTALECIMENTO DO SUS, LEVANDO-SE EM CONTA O ATENDIMENTO, NA PONTA, ONDE ESTÁ O CIDADÃO: O MUNICÍPIO. BUSCA-SE, TAMBÉM, APROFUNDAR A DESCENTRALIZAÇÃO DO SISTEMA PARA QUE TODAS AS INSTÂNCIAS ASSUMAM AS SUAS RESPONSABILIDADES.

Pelo jornalista Aloísio Brandão,
Editor desta revista.

O Conselho Federal de Farmácia aproveitará a sua participação no XXV CONGRESSO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE, de 11 a 14 de maio de 2009, em Brasília, para se aproximar dos gestores públicos. O objetivo é sensibilizá-los para a importância de organizarem a assistência farmacêutica, em seus Municípios, acatando o Pacto de Gestão Municipal, implantado pela Portaria 699/06.

A estratégia faz parte de um esforço do CFF, com vistas a prover as populações de serviços farmacêuticos no setor público. “Todos os esforços devem ser feitos, com vistas a levar os serviços farmacêuticos às pessoas, porque eles são repletos de benefícios e representam a melhoria de suas qualidades de vida e mais saúde”, exclamou a Diretora Secretária-Geral do CFF, Lérica Vieira.

Para levar a efeito a sua ação, o Conselho Federal de Farmácia irá montar uma sala, no local onde se realizará o Congresso - o Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília - que funcionará como uma base para as reuniões entre representantes do CFF e Secretários Municipais de Saúde.

A logística inclui, ainda, a distribuição de material impresso contendo uma proposta do Conselho Federal de como organizar a assistência farmacêutica no SUS (Sistema Único de Saúde), em âmbito

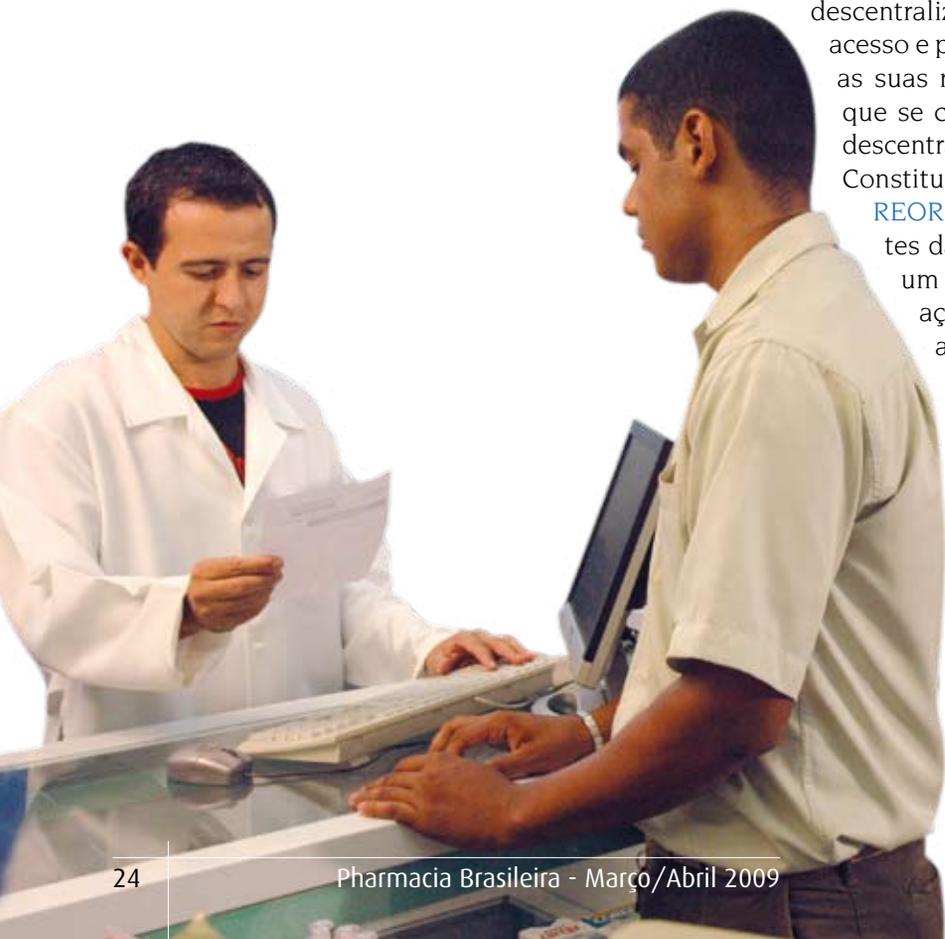
municipal. Principalmente, o CFF apresentará aos gestores algumas experiências bem-sucedidas de serviços farmacêuticos no sistema público de saúde. E são muitas.

RESPONSABILIDADES - O Pacto de Gestão é um Termo de Compromisso de Gestão Municipal que formaliza os acordos constituídos e as responsabilidades do gerenciamento municipal do SUS, diante do que dispõe a Portaria GM/MS número 399, de 22 de fevereiro de 2006. A Portaria estabelece as Diretrizes Operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do Sistema.

A participação dos Municípios no Pacto é necessária e importante. No “Termo de Compromisso de Gestão Municipal” (capítulo das Responsabilidades Gerais da Gestão do SUS I.15), está claro: “Todo Município deve promover a estruturação da assistência farmacêutica e garantir, em conjunto com as demais esferas de Governo, o acesso da população aos medicamentos cuja dispensação esteja sob sua responsabilidade, promovendo seu uso racional, observadas as normas vigentes e pactuações estabelecidas”.

A pactuação é parte de um esforço que visa ao fortalecimento do SUS, levando-se em conta o atendimento, na ponta, lá onde está o cidadão: o Município. Busca-se, também, aprofundar o princípio da descentralização do Sistema para universalizar o acesso e para que todas as instâncias assumam as suas responsabilidades e atribuições para que se chegue ao aprimoramento do SUS. A descentralização, ressalte-se, está prevista na Constituição Federal.

REORIENTAÇÃO - Entendem os integrantes da Comissão de Saúde Pública que há um sentido de reorientação norteando as ações adotadas por gestores em todas as instâncias. “A reorientação vem da mudança de foco, dentro do Sistema. Hoje, as ações de saúde já não mais estão concentradas apenas no ato médico. As responsabilidades passaram a ser distribuídas entre outros profissionais da saúde, a exemplo do farmacêutico”, explica Valmir de Santi, Presidente da Comissão. Renato Soares, integrante da Comissão de Saúde Pública, acrescenta que, com a distribuição de responsabilidades, a assistência farmacêutica municipal passou a



experimentar um expressivo processo de qualificação. “O serviço público deixou de distribuir medicamentos, sem a orientação farmacêutica”, observa.

Enfim, os gestores estão percebendo os benefícios dos serviços farmacêuticos e passaram a incluí-los na saúde pública dos seus Municípios, obtendo resultados inacreditáveis. Os números mostram a mudança na rota do SUS: 52% dos Municípios já aderiram ao Pacto de Gestão.

“Há um crescimento muito grande do número de farmacêuticos sendo levados para atuar na saúde pública municipal”, afirmam Lorena Baía e Mirtes Bezerra, ambas de Goiânia e integrantes da Comissão do CFF. Elas fazem a afirmação de cadeira. Lorena Baía e Mirtes Bezerra estão à frente da Assistência Farmacêutica e da Vigilância Sanitária do Município de Goiânia, respectivamente. Afirmaram que, a partir de 2005, saltou de 45 para 100 o número de profissionais na assistência farmacêutica goianiense.

Os resultados das experiências municipais são fantásticos e eles, por si só, funcionam como uma *propaganda* positiva dos serviços farmacêuticos. O Secretário de Saúde de um Município conta as vantagens dos serviços ao Secretário do Município vizinho, que se convence da necessidade de contratar farmacêuticos.

Economias fabulosas nos gastos com medicamentos, respostas infinitamente superiores das terapêuticas medicamentosas devido à adesão dos pacientes aos tratamentos, queda vertiginosa do número de problemas relacionados ao uso dos medicamentos, implantação de políticas de uso racional de medicamentos, mais e proveitosas ações multidisciplinares dos profissionais de saúde etc. Enfim, é um vastíssimo elenco de proveitos abrangidos nos serviços farmacêuticos, e que pode ser usufruído pelos Municípios que organizarem as suas assistências farmacêuticas.

ACESSO RESOLVIDO - O Presidente da Comissão, Valmir de Santi, revela que a questão do acesso ao medicamento, no Brasil, está resolvido, “a não ser que o Município seja muito desorganizado”. Desorganização, explica de Santi, significa, por exemplo, a não realização da compra adequada dos produtos, o armazenamento incorreto e a dispensação realizada por profissionais não farmacêuticos. “Essa desorganização gera um impacto negativo na saúde da população e prejuízos vultosos aos cofres públicos do Município”, acrescenta.

Os recursos destinados ao custeio dos medicamentos, de acordo com Valmir de Santi, são suficientes para atender às necessidades dos Municípios organizados em relação à atenção básica. Hoje, só para o item medicamentos, o Município conta com R\$ 4,10 repassados pela da União; com R\$ 1,50 repassado do Estado e mais R\$ 1,59 de recursos próprios, totalizando R\$ 7,10 (em dinheiro) por habitante.

A União, ainda, repassa mais R\$ 0,68 para a compra de insulina e R\$ 0,30 para a compra de contraceptivos. Mais: os Municípios são obrigados a gastar mais R\$ 0,30 dos seus cofres para a aquisição de insumos (seringas etc.) para a aplicação da insulina. Somados todos os valores, o montante sobe para R\$ 8,38 por habitante. Um Município de 100 mil habitantes, portanto, conta com R\$ 70 mil para gastar com medicamentos, por mês.

A COMISSÃO - A Comissão de Saúde Pública é formada pelos seguintes farmacêuticos:

- Valmir de Santi, Presidente, Conselheiro Federal de Farmácia pelo Paraná, mestre em Saúde Pública e Professor de Saúde Pública da Universidade Estadual de Ponta Grossa;
- Marize Girão, Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Ceará e Coordenadora do Departamento de Assistência Farmacêutica de Fortaleza;
- Lorena Baía, Coordenadora de Assistência Farmacêutica de Goiânia, Conselheira Regional de Farmácia de Goiás e integrante da Câmara Técnica de Assistência Farmacêutica do Conselho de Secretários Municipais de Saúde (Cosems) do Estado de Goiás;
- Mirtes Bezerra, Diretora do Departamento de Vigilância Sanitária de Goiânia, farmacêutica sanitária e magistral, fiscal de saúde pública e Conselheira Regional de Farmácia de Goiás;
- Renato Soares Pires Melo, farmacêutico clínico e sanitário, integrante da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) do Hospital Geral de Palmas (TO), Conselheiro Estadual e Municipal de Saúde do Estado e da capital e Conselheiro Federal de Farmácia suplente;
- Jarbas Tomazoli e José Luiz Maldonado, assessores técnicos do Conselho Federal de Farmácia.

Ações que revolucionam a saúde pública, nos Municípios

- OS BENEFÍCIOS CONQUISTADOS PELAS POPULAÇÕES CUJOS MUNICÍPIOS IMPLANTARAM A SUA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, SEGUINDO AS RECOMENDAÇÕES DE PACTUAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, SÃO INQUESTIONÁVEIS E CONVINCENTES. DIANTE DOS RESULTADOS, OS GESTORES PÚBLICOS PASSARAM A ENTENDER QUE A ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA É O CAMINHO FACTÍVEL PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SAÚDE DE QUALIDADE.
- A REVISTA PHARMACIA BRASILEIRA, DESDE A SUA PRIMEIRA EDIÇÃO, VEM CAPTANDO, POR MEIO DE ENTREVISTAS COM FARMACÊUTICOS, ALGUMAS EXPERIÊNCIAS BEM-SUCEDIDAS NESSE SENTIDO. VÁRIAS INICIATIVAS SÃO ISOLADAS, E PARTIRAM DO ESFORÇO, DO DESTEMOR E DO SONHO DE FARMACÊUTICOS QUE, ACREDITANDO NO PODER DOS SEUS PRÓPRIOS SERVIÇOS, CONVENCERAM OS GESTORES DA IMPORTÂNCIA DOS SERVIÇOS E OS INSERIRAM, NOS MUNICÍPIOS. OUTRAS INICIATIVAS PARTIRAM DAS PRÓPRIAS PREFEITURAS.

VEJA ALGUMAS DESSAS EXPERIÊNCIAS.

Farmacêutico, no Município: uma questão de urgência

Até a farmacêutica mineira Íris Vaine Rosa Barbosa chegar a Itacarambi, cidade de pouco mais de 16 mil habitantes, localizada no interior de Minas Gerais, à beira do Rio São Francisco e a 600 quilômetros de Belo Horizonte, a farmácia municipal abria as suas portas, diariamente, diante de uma fila imensa de pacientes. Contudo, entrar na fila e padecer, por horas, sob um sol inclemente, para receber os medicamentos prescritos não eram a garantia de uma empreitada bem-sucedida,



pois, constantemente, muitos itens estavam em falta.

Farmacêutica formada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), em 1993, Íris Vaine, então com 29 anos, apresentou-se ao Prefeito da pequena Itacarambi, em 1995, e o convenceu a organizar a assistência farmacêutica do Município. Com o “sim” do Prefeito, ela foi de mudança para a cidade, para implantar e assumir o novo posto - o de responsável pela farmácia municipal.



Farmacêutica Íris Vaine Rosa Barbosa

Uma de suas primeiras providências foi aproximar-se dos médicos e da enfermeira do sistema público e traçar planos de trabalhos conjuntos, como a padronização dos 123 itens que deveriam atender a

90% das patologias registradas, no lugar. Começava, ali, o revés na saúde de Itacarambi.

Íris explica que a implantação dos serviços farmacêuticos, nos Municípios, é uma questão de vontade política. “As prefeituras municipais não podem perder tempo. Devem, logo, abrir as portas para a assistência farmacêutica”, diz. Observa que saldo é positivo, sob todos os aspectos: para a saúde da população e para os cofres da Prefeitura.

E acrescenta: “O medicamento está no ápice do tratamento, e a cura depende do seu uso correto. Caso isto não ocorra, provavelmente, este paciente poderá retornar ao hospital com um quadro bem mais complicado. Além de o Município perder a consulta médica, terá mais gastos com tratamentos hospitalares. Ou seja, ele

perde saúde e dinheiro”. Com os serviços farmacêuticos prestados por Íris Vaine, a farmácia municipal de Itacarambi passou a dispensar em torno de 270 medicamentos e a atender a cerca de 150 pacientes, por dia. O percentual de atendimento atingiu de 90% a 95% da demanda.

“Os resultados do nosso trabalho mostram que os gastos que uma prefeitura tem com a contratação de um farmacêutico são mínimos, se comparados com os benefícios com saúde e com a economia de gastos com medicamentos”, conclui Íris Vaine.

A ENTREVISTA COM A DRA. IRIS VAINE, INTITULADA “FARMACÊUTICO, NO MUNICÍPIO: UMA QUESTÃO DE URGÊNCIA”, FOI PUBLICADA NA EDIÇÃO DE NÚMERO 11, EM 1998, E CONTA A EXPERIÊNCIA VIVIDA PELA FARMACÊUTICA, NO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI (MG).

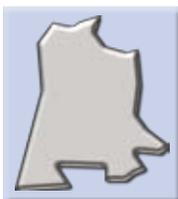
O que pode o farmacêutico?

Em Toledo (PR), há um bom exemplo do que pode o farmacêutico. A Faculdade de Farmácia da Unipar (Universidade Paranaense) - Campus Toledo - e a Prefeitura do Município firmaram um convênio que resultou na criação da farmácia-escola da Faculdade. A farmácia-escola assumiu a responsabilidade da assistência farmacêutica do Município e empreendeu profundas mudanças no setor.

A farmácia-escola acabou com o modelo arcaico e pouco produtivo que havia na assistência e criou um modelo ágil, humanizado, dentro

dos padrões recomendados pelos protocolos farmacêuticos. Por trás da ousadia, estão a diretoria da Unipar, a Coordenadora do curso de Farmácia e idealizadora da farmácia-escola, a Professora Patrícia Doblinski, e outros professores. “O curso de Farmácia já planejava a criação de sua farmácia-escola, e a Prefeitura, por sua vez, dispunha de ambiente físico, mas precisava de recursos humanos, de conhecimentos farmacêuticos”, explica. Foi um casamento perfeito.

Os pacientes do Município são atendidos pela farmacêutica egressa da faculdade da Unipar, Patrícia Fernanda Filippin, que atua, em tempo integral. Ela ressalta que um dos principais objetivos da equipe é humanizar o atendimento ao paciente. Para pôr o projeto em execução, a Unipar contratou uma farmacêutica e uma auxiliar de farmácia e, ainda,



dispõe de 20 estagiários do curso de Farmácia, coordenados pela docente Cibeli Lunardelli de Oliveira, enquanto a Prefeitura Municipal mantém três funcionários. O projeto conta ainda com três docentes farmacêuticas, que dão suporte técnico e monitoram os treinamentos que os acadêmicos recebem, antes de iniciarem suas atividades.



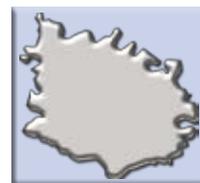
Professora Patrícia Doblinski

Por meio deste convênio, são atendidas aproximadamente 400 pessoas/dia. Destas, cerca de 250 recebem medicamentos sujeitos a controle especial. Desde a implantação da farmácia-escola, os pacientes não precisam mais enfrentar filas. E mais: passaram a receber orientações sobre o uso correto

dos medicamentos e possíveis interações, efeitos colaterais, reações adversas dos produtos.

A MATÉRIA FOI PUBLICADA NA EDIÇÃO DE NÚMERO 44, DA PHARMACIA BRASILEIRA, EM 2004. FALA DA PARCERIA FIRMADA ENTRE A UNIPAR E A PREFEITURA DE TOLEDO (PR), QUE RESULTOU NA CRIAÇÃO DA FARMÁCIA-ESCOLA A QUAL ASSUMIU A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO MUNICÍPIO. O TEXTO LEVA O TÍTULO “O QUE PODE O FARMACÊUTICO?”

Por que Bandeirantes é um exemplo?



A farmacêutica Natália Maria Maciel Guerra, assim que se formou, foi atuar no Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Bandeirante, Município paranaense de pouco mais de 33 mil habitantes. Chegou e provou porque os serviços farmacêuticos fazem a diferença.

Em cinco anos, Natália Guerra reorganizou o banco de informações (sobre pacientes e medicamentos), informatizou o sistema de cadastro da farmácia municipal, contratou auxiliares, estimulou a interlocução entre os profissionais da saúde, promoveu a educação em saúde para a população e, ainda, gerou economias na aquisição de medicamentos, por meio da compra por licitações públicas e pelo Consórcio Paraná Saúde, obviamente,



farmacêutica Natália Maria Maciel Guerra

à luz também da realização de um rigoroso mapeamento fármaco-epidemiológico. Mais que isso, implantou toda uma nova filosofia que gerou mudanças radicais na assistência municipal.

Resultado: Graças ao trabalho da farmacêutica Natália Guerra, Bandeirante passou a gastar muito menos e a oferecer um atendimento de qualidade à população. A Dra. Natália Guerra, depois, assumiu a Secretaria de Saúde do Município de Bandeirante.

FOI NA EDIÇÃO DE NÚMERO 63, DE 2008, QUE A PHARMACIA BRASILEIRA TROUXE MATÉRIA SOBRE O PROJETO FARMACÊUTICO IMPLANTADO PELO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE (PR). À FRENTE DO PROJETO, ESTAVA A SUA IDEALIZADORA, FARMACÊUTICA NATÁLIA GUERRA.

a mudar. Eu brigava por melhorias para a farmácia municipal, contra erros de prescrição etc.”, revelou Elaine Pereira, que está à frente dos serviços farmacêuticos, em Pedra Branca, há cinco anos. Ela considera que a criação do cadastro informatizado dos pacientes foi sua grande ferramenta



Farmacêutica Elaine Pereira Bezerra

para começar a promover as transformações no setor.

O cadastro, explicou, permite o controle da quantidade de medicamentos dispensados, o que evita o desperdício e reforça o uso racional. Segundo a farmacêutica, além da economia gerada, o cadastro e as campanhas

O impacto dos serviços farmacêuticos

Jaldo de Souza Santos, Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), diz que jamais se sentiu desanimado em sua luta pela inclusão dos serviços farmacêuticos no SUS (Sistema único de Saúde). “Aprendi a perseverar na luta com as armas do convencimento”, revela. Vieram as Portarias e outras normas e a inclusão foi efetivada, no papel. Mas a prática continua em processo de solidificação. De qualquer forma, o Pacto de Gestão é animador. Mais da metade dos Municípios já pactuaram. Souza Santos comemora a adesão da maioria dos Municípios ao Pacto.

“A necessidade de os serviços farmacêuticos serem inseridos no SUS, na esfera municipal, é de inquestionável importância. Ganham muito os Municípios que organizam a sua assistência farmacêutica, pois ela é focada não só na distribuição do medicamento, mas também nos serviços farmacêuticos”, declara o Presidente do CFF.

AGUMENTAÇÕES - Para Dr. Jaldo de Souza Santos, todas as argumentações, qualquer que seja a abor-



Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos: “Os serviços farmacêuticos geram um impacto muito grande na saúde pública na esfera municipal”.

dagem, vão convergir para o mesmo ponto, que é de que os Municípios precisam manter na saúde pública os serviços farmacêuticos. “Um profissional com tantas habilidades, principalmente as que estão relacionadas ao medicamento e ao paciente, não poderia continuar fora dos programas de saúde pública, pois todos eles têm no medicamento um dos seus eixos”, argumenta Souza Santos.

Ele acrescenta que a ausência dos serviços farmacêuticos no SUS, no espaço municipal, estava gerando desperdícios assombrosos com o item medicamentos, por causa das compras equivocadas, do armazenamento inadequado, da dispensação realizada por leigos, da não adesão do paciente ao tratamento, da ausência de programas de uso racional, do não acompanhamento farmacoterapêutico etc. Dr. Jaldo reclama que o farmacêutico estava (e continua estando, em muitos Municípios) fora do

Iniciativas farmacêuticas bem-sucedidas

Vem de Pedra Branca, no Ceará, outro exemplo do quanto os serviços farmacêuticos são capazes de levar a saúde de um Município a alcançar performances recomendáveis. Município de 42 mil habitantes, Pedra Branca sofreu um reverso no setor, desde que inseriu esses serviços no seu sistema público de saúde pelas mãos da farmacêutica Elaine Pereira Bezerra. Elaine assumiu a assistência e teve que praticamente começar do zero. Reestruturou o espaço físico, reorganizou os cadastros de informações e, a partir daí, empreendeu as mudanças no funcionamento da assistência em si.

“Tenho fama de briguenta, porque precisei reclamar muito, para que as coisas comesçassem

de conscientização da população são importantes armas contra o arriscado hábito de estocar medicamentos, em casa. “Além do controle pelo cadastro dos usuários, exigimos a apresentação do receituário. Isso aumenta o nosso controle e, também, ajuda a identificar problemas de erros de medicação”, acrescentou a farmacêutica.

PIRACICABA - A mesma matéria traz o depoimento do farmacêutico Fernando Cardenas, Secretário de Saúde de Piracicaba (SP), Município com cerca de 366 mil habitantes. Cardenas conseguiu uma proeza: mais que quadruplicar o número de farmácias públicas, que passaram a somar 22, divididas em regiões ou por especialização.



Farmacêutico
Fernando Cardenas

O serviço público de Piracicaba possui 15 farmacêuticos, 22 auxiliares de Farmácia, 14 bolsistas, e produz uma média de 60 mil receitas, ao mês. O crescimento do número de profissionais é resultado direto do esforço da Secretária de Saúde. Entre as ações desenvolvidas no Departamento de Assistência Farmacêutica, destacam-se os programas estratégicos de combate à hipertensão e à diabetes, além de programas focados na Colostomia e saúde da mulher.

AS EXPERIÊNCIAS DOS FARMACÊUTICOS ELAINE PEREIRA BEZERRA, DE PEDRA BRANCA (CE), E FERNANDO CARDENAS, DE PIRACICABA (SP), FORAM PUBLICADAS EM UMA SÓ MATÉRIA INTITULADA INICIATIVAS FARMACÊUTICAS BEM SUCEDIDAS, PUBLICADA, EM 2006, NA EDIÇÃO 53 DA PHARMACIA BRASILEIRA.

seu espaço, e o espaço estava carente do farmacêutico.

Ao tempo em que comemora a notícia de que mais de 50% dos Municípios brasileiros já aderiram ao Pacto de Gestão, o Presidente do Conselho Federal de Farmácia ressalta a urgência de se qualificar o farmacêutico. Cita que o CFF criou um bem-estruturado programa de qualificação para os profissionais que estão assumindo os seus postos no SUS. “Os desafios, nos Municípios, são muitos e diversos. Só com muita qualificação, os farmacêuticos podem oferecer bons serviços às populações”, acrescenta.

A política de qualificação do CFF inclui o curso “Assistência Farmacêutica na Farmácia Comunitária”, presencial. Ele está sofrendo ajustes e a sua carga horária passará de 160 horas para 360 horas, pois será transformado em curso de pós-graduação *lato sensu*. Mais: será, também, oferecido à distância, online.

IMPACTO - Souza Santos informa que, por estarem presentes em todo o ciclo da assistência farmacêutica, os serviços farmacêuticos geram um impacto muito grande na saúde pública na esfera municipal. Esse impacto pode ser traduzido em economia para os cofres públicos e em mais saúde para a população.

A participação dos farmacêuticos nos serviços públicos municipais pelo SUS ocorre, no momento em que o Sistema passa por mudanças, o que aumenta a responsabilidade dos pro-

fissionais, pois o SUS passou a exigir mais dos profissionais de saúde devido às demandas sociais, que estão crescendo. Diante disso, o Governo, em todas as suas esferas, esforça-se para oferecer serviços e produtos de saúde de forma qualificada. “A gestão da assistência passa pelo farmacêutico”, enfatiza Souza Santos.

A luta do Presidente do CFF em favor da inclusão dos serviços farmacêuticos no SUS teve uma coroação especial, com a criação do NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família). Tudo aconteceu, no dia 22 de janeiro de 2008, quando Souza Santos e os demais diretores do CFF, além de Conselheiros Federais de Farmácia, reuniram-se com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, no Palácio do Planalto.

Lula foi homenageado com a Comenda do Mérito Farmacêutico Internacional. Mas, em Palácio, Souza Santos aproveitou para reivindicar a participação dos farmacêuticos no Sistema Único de Saúde. O Presidente do CFF expôs a Lula os diversos benefícios que os serviços farmacêuticos podem propiciar à população e ao SUS. E aproveitou para denunciar os prejuízos gerados pela ausência dos mesmos no Sistema.

Três dias depois, o Presidente Lula respondeu ao apelo dos farmacêuticos, com a publicação, no “Diário Oficial da União”, da Portaria 154, do Ministério da Saúde, que cria o NASF.

O bom exemplo farmacêutico de Minas



O Governador de Minas, Aécio Neves, lançou, no dia 17 de junho de 2008, no Palácio da Liberdade, sede do Governo, um conjunto de ações na área da saúde com investimentos da ordem de R\$ 70,4 milhões provenientes do Tesouro Estadual. Entre as ações, figura

o Programa Farmácia de Minas

medida que, numa primeira fase, implantará uma farmácia em 67 Municípios mineiros com população de até 10 mil habitantes. Na fase seguinte, outros 107 Municípios com população entre 20 e 30 mil serão os beneficiados. A rede estadual cobrirá mais de 70% das cidades mineiras.

A previsão do Governo do Estado é que, até 2010, 600 farmácias já estejam construídas. O foco dessa política é a atenção primária à saúde. Nas unidades, serão dispensados medicamentos necessários, nesse nível de atendimento, entre analgésicos, antiasmáticos, cardiovasculares e outros.

O Programa Farmácia de Minas é revolucionário, porque o sentido de assistência farmacêutica não está focado exclusivamente na aquisição e distribuição de medicamentos, pois o farmacêutico é levado para o centro do Programa. Trata-se de profissional extremamente qualificado e que encontrará todas as condições para desenvolver o seu trabalho junto à comunidade, vez que disporá de toda a infra-estrutura necessária.

O Programa é complexo e sobre ele debruçaram-se excelências farmacêuticas e gestores mineiros, com o objetivo de alinhar uma proposta que ressaltasse o acesso ao medicamento e aos serviços farmacêuticos, com o objetivo de disponibilizá-los, de maneira ágil e sem burocracia, à população.

O Programa nasceu nas cabeças do Secretário Estadual de Saúde, Marcus Pestana; do Super-



Superintendente de Assistência Farmacêutica de Minas, Augusto Guerra

intendente de Assistência Farmacêutica de Minas, farmacêutico Augusto Afonso Guerra Júnior; e do Coordenador Executivo da Rede Farmácia de Minas, farmacêutico Homero Filho.

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos, atendendo a convite do Governador Aécio Neves, foi a Belo Horizonte, para participar do lançamento do Farmácia de Minas. “Minas está dando um bom exemplo de que problemas do setor de saúde devem ser resolvidos, a partir da oferta de serviços farmacêuticos qualificados”, observou o Presidente do CFF. Segundo Souza Santos, o Governo mineiro dá uma demonstração de maturidade, à medida em que desloca para o centro da cena da saúde os serviços farmacêuticos, entendendo-os como uma prioridade social.

O PROGRAMA FARMÁCIA DE MINAS FOI CAPA DO NÚMERO 65 DA REVISTA PHARMACIA BRASILEIRA, PUBLICADA, EM 2008.

Janaúba e sua bela história de saúde



Janaúba, no Norte de Minas, a 547 quilômetros de Belo Horizonte e com 68 mil habitantes, está construindo uma bela história de saúde pública. O Município vem de experiências amargas, quando a sua taxa de mortalidade infantil bateu à casa de 31 óbitos por mil nascidos vi-

vos. Mas conseguiu mudar a sua rota e, hoje, comemora a conquista de um dos mais baixos índices de mortalidade, no Brasil, de 4,3 óbitos por mil nascidos vivos.

Como o Município conseguiu chegar a esse indicador? Foi por força da atenção primária à saúde. O Governo municipal centrou seu foco nos cuidados primários, com a cobertura de 100% de Programa de Saúde da Família (PSF). Janaúba conta com 20 equipes do PSF, cada equipe composta por médico, farmacêutico, enfermeiro, dentista, agente de saúde e gerente de Unidade Básica.

A organização da atenção primária, no lugar, chamou a atenção da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, que selecionou o Município para sediar o Plano Diretor da Atenção Primária à Saúde, que consiste em um conjunto de intervenções integradas a serem desenvolvidas pelas Equipes de Saúde da Família, direcionando as ações da atenção primária. Os resultados dessa parceria, entre eles a queda nos índices de mortalidade infantil, repercutiram na OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde) / OMS (Organização Mundial da Saúde) e do Ministério da Saúde, que somaram esforços à parceria.

É nesse contexto que entra a assistência farmacêutica: para ajustar, ainda mais, a rota da saúde de Janaúba. O Governo municipal entendeu o espírito do Projeto e o assumiu, com todos os custos e riscos, e contratou os farmacêuticos para formar uma equipe que está mudando a história de Janaúba, campo de estudo para



Farmacêutica Thaize Helena Enéias



Farmacêutica Danielle Azevedo Barbosa

aplicação do modelo de inclusão da assistência farmacêutica na atenção básica.

A revista PHARMACIA BRASILEIRA entrevistou as farmacêuticas Thaíze Helena Enéias Cordeiro, Ex-coordenadora do Projeto-piloto Inclusão da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica do Município, e Danielle Azevedo Barbosa, sua atual Coordenadora. A Dra. Thaíze é graduada em Farmácia-Bioquímica pela Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp), em 2000. Foi a responsável técnica pela Farmácia Privativa da Prefeitura Municipal de Janaúba, de janeiro de 2001 a abril de 2008.

Já a Dra. Danielle é graduada em Farmácia-Bioquímica pela Universidade Federal de Alfenas (Unifal), em Minas, em 2006. Foi responsável técnica pela Drograria Avenida, no Município de Manga, de fevereiro de 2007 a março de 2008, até transferir-se para Janaúba, quando assumiu a responsabilidade pela Farmácia Privativa da Prefeitura e a Coordenação do Projeto-piloto.

A MATÉRIA CONTANDO A HISTÓRIA DE JANAÚBA (MG) FOI PUBLICADA NA EDIÇÃO 67, DA PHARMACIA BRASILEIRA, EM 2008.

Farmácia Cidadã

No Espírito Santo, o Governo estadual criou o programa Farmácia Cidadã, voltado para os medicamentos excepcionais. O programa tem, ainda, uma vertente, também



focada na dispensação de medicamentos, só que para a atenção básica cujas farmácias estão sob a responsabilidade dos gestores municipais.

O programa mantém farmacêuticos, em tempo integral, os quais são os responsáveis exclusivos pela dispensação de medicamentos; ambiente amplo, humanizado e climatizado; possui elevada disponibilidade de medicamentos (179 itens, com 98% disponível permanentemente em estoque); os estabelecimentos do programa são totalmente informatizados, permitindo que cada usuário acompanhe todo o seu processo pela Internet, com login e senha individuais, entre outras inovações



Farmacêutico Sílvio Machado

que refletem na qualidade dos serviços prestados.

Segundo o Coordenador e Gerente de Assistência Farmacêutica do Estado, farmacêutico Sílvio Machado, o programa “pretende promover a mudança do paradigma vigente e predominante, atualmente, em termos de farmácia pública”. Segundo ele, trata-se de um conceito moderno e que busca a humanização e a excelência nos serviços prestados na área do sistema de saúde.

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA FARMÁCIA CIDADÃ ESTÃO NA PRÓXIMA EDIÇÃO DA REVISTA PHARMACIA BRASILEIRA, COM UMA ENTREVISTA COM O FARMACÊUTICO SÍLVIO MACHADO.

Quer saber o que se passa no universo farmacêutico brasileiro? Visite a página do Conselho Federal de Farmácia na Internet www.cff.org.br

